

ALBERTO PASQUALINI: O HOMEM, O PENSAMENTO E O TRABALHISMO¹

Gabriel Wedy

Juiz Federal Substituto. Presidente da AJUFERGS/ESMAFE. Mestre em Direito pela PUC/RS.
Professor de Direito Ambiental pela ESMAFE/RS.

SUMÁRIO: Introdução. 1 Cronologia de Alberto Pasqualini. 2 O pensamento de Alberto Pasqualini acerca da organização social do mundo. 3 O trabalhismo segundo Alberto Pasqualini. Conclusão. Referências Bibliográficas.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente estudo é a análise da vida e da obra social e política do homem público Alberto Pasqualini. Também, faz parte do presente estudo, a análise do pensamento de Pasqualini acerca da organização social do Brasil e do Mundo na sua época. Por fim, será analisado o trabalhismo segundo Alberto Pasqualini, pois até os dias atuais ele é considerado o ideólogo dessa corrente do pensamento político no Brasil.

No presente estudo também se farão breves cotejos entre as idéias de Alberto Pasqualini e a realidade do Brasil e do Mundo atual como forma de verificar a atualidade do seu pensamento e de sua obra social e política.

1 CRONOLOGIA DE ALBERTO PASQUALINI

Alberto Pasqualini nasceu em 23 de setembro de 1901, no Núcleo Norte da Colônia de Silveira Martins, no Município de Júlio Castilhos, hoje cidade de Ivorá, no Rio Grande do Sul. Mudou-se com os pais para a localidade de Restinga Seca, onde permaneceu até 1913. Viveu a sua infância e adolescência no meio rural. Iniciou o curso ginasial no Semi-

¹ Esse estudo foi realizado na cadeira de mestrado em direito na PUC/RS, “Teoria das idéias políticas”, sob orientação da Professora Doutora Regina Linden Ruaro.

nário Nossa Senhora da Conceição, em São Leopoldo. Em 1919, retirou-se do Seminário, por entender que o sacerdócio não era a sua vocação.

Em 1920, iniciou o curso de magistério no Colégio Anchieta, em Porto Alegre, devido ao não reconhecimento oficial do curso ministrado no Seminário. No ano de 1922, concluiu o curso colegial no Colégio Júlio de Castilhos, para onde se transferira anteriormente. Em 1929, formou-se em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio Grande do Sul sendo, inclusive, laureado. Na solenidade de sua formatura proferiu discurso, que abordava o compromisso dos profissionais do Direito com a justiça social. Participou da Revolução de 1930, como Comandante Militar do Porto e Comandante do Batalhão João Pessoa.

Em 1932, obteve inscrição definitiva na OAB/RS, sob o número 69. Em 1934, candidatou-se à Câmara Federal pela Frente Única e proferiu dois discursos em Pelotas. Exerceu, entre os anos de 1934 e 1935, a docência como Professor Catedrático de Introdução à Ciência do Direito e interino de Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nas eleições, de janeiro de 1935, obteve 77.196 votos para a Câmara Federal, pela Frente Única, ficando como 11º suplente de Deputado Federal. Já, no ano de 1935, possuía em Porto Alegre, conhecida banca de advocacia.

No ano de 1935, Pasqualini foi relacionado como candidato do Partido Libertador e do Partido Republicano Rio-grandense, que constituíram a Frente Única, para as eleições de 17 de novembro de 1935. Nessa eleição, elegeu-se Vereador em Porto Alegre, tendo sido o único candidato da Frente Única eleito em primeiro turno, e o segundo mais votado naquele pleito. Em 4 de março de 1936, tomou posse como Vereador na Câmara Municipal de Porto Alegre. No dia 18 de julho de 1936, eleito o Diretório do Partido Libertador, Pasqualini foi escolhido Secretário-Geral, numa diretoria que teve como Presidente Raul Pilla, como 1º Vice-Presidente Baptista Luzardo e como, 2º Vice-Presidente, Firmino Torelly.

Em 1936, em notícia divulgada pelo Correio do Povo, foi divulgado que os procuradores municipais iriam solicitar a cassação do mandato de Vereador de Alberto Pasqualini, sob a alegação de ter este advogado uma causa contra o Estado, contrariando uma disposição da Lei Orgânica Municipal. Em 11 de junho desse ano, foi promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal a Lei nº 8, que modificou diversos artigos da Lei Orgânica Municipal, limitando a proibição dos Vereadores patrocinarem causas apenas contra o Município. Em 8 de julho do mesmo ano, o Tribunal Regional Eleitoral em Porto Alegre decidiu pela não cassação do Vereador Alberto Pasqualini, em virtude da alteração da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre.

Em 11 de novembro de 1936, foi dissolvida a Câmara Municipal de Porto Alegre, sob a Presidência de Loureiro da Silva, Prefeito Municipal, em decorrência da instauração do Estado Novo. Pasqualini encerrou assim o seu mandato de Vereador. Até meados de 1939, manteve-se afastado da atividade política, mas continuou escrevendo artigos e pronunciando conferências. Dedicou-se neste período à banca de advocacia. Na data de 8 de julho de 1939, recebendo convite do Cel. Cordeiro de Farias, em nome do Presidente Vargas, foi convidado para participar do Departamento Administrativo, constituído por oito membros. Assumiu o referido cargo no mesmo ano.

No Departamento Administrativo, a partir de 1940, emitiu pareceres sobre assuntos relacionados com as administrações municipais, com a edição de normas sobre a elaboração de orçamentos, apreciação de orçamentos municipais, aumento de tributos e criação de cargos. Em 25 de fevereiro, apresentou projeto sobre a organização judiciária do Estado, propondo a extinção dos juizados municipais. Em 17 de novembro de 1940, durante homenagem ao Presidente Vargas no Departamento Administrativo, proferiu saudação ao governante. No discurso, discorreu e analisou as funções do Departamento na Administração Pública. No ano de 1941, o seu projeto de controle das despesas municipais e estaduais, foi aprovada pelo Plenário do Departamento Administrativo.

No ano de 1943, foi escolhido pelo Tenente-Coronel Ernesto Dornelles para assumir a Secretaria do Interior. Em 13 de setembro, despe-

diu-se do Conselho Administrativo com discurso, recebendo homenagens. Na data de 14 de setembro, tomou posse como Secretário do Interior no Governo de Ernesto Dornelles. A sua escolha para Secretário do Interior teve grande repercussão no meio político e na imprensa. No dia 26 de setembro, recusou banquete que seria oferecido em sua homenagem pelos funcionários públicos. Na data de 24 de outubro apresentou um plano de assistência social apoiado por diversas entidades de classe. Em 10 de dezembro, em visita à Federação das Associações Comerciais e à Associação Comercial de Porto Alegre, apresentou projeto de instituição da Comissão de Abastecimento do Rio Grande do Sul, baseado, em linhas gerais, na do Estado de São Paulo e outros Estados já em funcionamento. Essa foi criada, e Alberto Pasqualini assumiu a presidência da Comissão, através da Portaria nº 178, do Ministro João Alberto.

Na data de 23 de julho de 1944, pediu demissão em caráter irrevogável do cargo de Secretário do Interior. Em 2 de agosto, recebeu o título de sócio-honorário da Associação Rio-Grandense de Imprensa, durante homenagem a que respondeu com discurso. No ano de 1945, em artigo publicado no jornal Correio do Povo, criticou duramente os excessos da ditadura na repressão à liberdade de expressão. Em 4 de março, a imprensa gaúcha noticiou movimento em torno da candidatura de Alberto Pasqualini ao Governo do Estado, apoiado pelo funcionalismo público e pela classe trabalhadora.

No dia 13 de junho de 1945, Alberto Pasqualini foi convidado para assumir como Ministro do Supremo Tribunal Federal e recusou o convite. Em 16 de setembro de 1945, participou do lançamento da União Social Brasileira – USB. Na data de 25 de setembro de 1946, cogitou-se pela primeira vez de sua candidatura ao Governo do Estado pelo PTB, fundado em 1946, oriundo da fusão da USB. Na data de 12 de novembro, lançou sua plataforma de governo, no encerramento da Convenção do PTB, no Teatro São Pedro, em Porto Alegre, que o consagrou candidato ao Governo do Estado. Em 30 de novembro, realizou o seu primeiro comício de campanha no Largo da Prefeitura em Porto Alegre. No dia 3 de dezembro, participou de comícios em Bento Gonçalves, Veranópo-

lis e Farroupilha. As eleições realizaram-se em 19 de janeiro de 1947 e Pasqualini foi derrotado por Walter Jobim, por uma pequena diferença de 20.000 votos. Walter Jobim fez 229.129 votos contra 209.164 de Alberto Pasqualini.²

No dia 13 de março de 1947 foi eleito Presidente de Honra do PTB, mas recusou o cargo. Em 30 de novembro do mesmo ano participou de reunião da bancada do PTB, oportunidade em que reafirmou a sua posição de ser contra a cassação de mandatos dos representantes do extinto Partido Comunista Brasileiro e em favor da unidade do PTB com vistas ao fortalecimento da democracia no Rio Grande do Sul. Na data de 16 de outubro de 1948, Pasqualini lançou a obra que o imortalizou como o ideólogo do trabalhismo brasileiro “Bases e Sugestões para uma Política Social”. É clara, neste livro, a influência sofrida por Pasqualini das encíclicas papais, da doutrina social da Igreja, do pensamento no campo da economia de John Maynard Keynes, do pensamento jurídico e da concepção de Estado de Léon Duguit, e da influência política do ideólogo e líder do Partido Trabalhista Inglês, Laski.

No dia 23 de abril de 1950, o Correio do Povo e o Diário da Noite noticiam que Adhemar de Barros e Getúlio Vargas estariam inclinados a lançar juntos a candidatura de Alberto Pasqualini à Presidência da República, tendo em vista que ele poderia ser o “Laski brasileiro”.³ Em 30 de maio de 1950, Alberto Pasqualini é escolhido candidato ao Senado e Salgado Filho ao Governo do Estado pelo PTB. No dia 19 de outubro, Pasqualini foi eleito Senador pelo Rio Grande do Sul com 385 mil votos, enquanto Plínio Salgado do PSD/PRP, obteve 275 mil. No Senado Federal, foi membro da Comissão de Finanças e relator do Projeto que criou a Petrobras. Nesse ano casou-se, no Rio de Janeiro, com Suzana Thompson Flores.

² Walter Jobim é avô de Nelson Jobim, Ex- Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ex-Ministro da Justiça do Governo Fernando Henrique Cardoso, Ex-Deputado Federal Constituinte em 1988, e atual Ministro da Defesa do Governo Lula e, também, avô de Walter Jobim Neto, Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que atualmente exerce a advocacia na cidade de Santa Maria/RS.

³ Idem, Alberto Pasqualini: Obra Social e Política, p. 87.

Na data de 30 de agosto de 1951, iniciou uma série de discursos sobre as reformas de base, criticando o clientelismo político e o empreguismo promovido na Administração Pública pelos partidos que estão no poder. Atitude que revelava no seu entender a inconsistência e falta de orientação programática de certos partidos políticos. Em 12 de setembro, em seu segundo discurso no Senado, deu ênfase ao papel dos partidos políticos e analisou as reformas de base do ponto de vista econômico. No dia 5 de outubro, subiu à tribuna do Senado e proferiu discurso sobre a inflação. Nesta feita afirmou: “Em vez de taxar os salários, através da inflação, o que cumpre é taxar os lucros e rendimentos capitalistas, através da tributação”. Entre 9 e 24 de novembro proferiu discursos criticando o Plano Lafer, afirmando que o mesmo oneraria a classe trabalhadora.

No dia 7 de junho de 1952, defendeu a criação de um mecanismo permanente de financiamento para investimentos públicos e privados e propôs a criação de um sistema de crédito social. Em 16 de junho passou a presidir o recém-criado centro de estudos do PTB. No dia 25 de setembro discursou sobre o problema da moradia, e referiu que esse era essencialmente um problema de financiamento da habitação para as classes trabalhadoras. Teceu críticas à forma como a Fundação da Casa Popular e a Caixa Econômica financiavam a moradia para as classes trabalhadoras. Na data de 8 de abril de 1953, relatou o Parecer nº 269 da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 265, de 1952, que dispunha sobre a Política Nacional de Petróleo e instituiu a sociedade por Ações Petróleo Brasileiro Sociedade Anônima. Em 30 de abril discursou contra o acordo militar Brasil-Estados Unidos. No dia 4 de junho defendeu, em vibrante discurso, o monopólio estatal do petróleo e o projeto de lei que criou a Petrobras. Na data de 21 de julho de 1953, recusou a vice-presidência nacional do PTB.

Em 8 de abril de 1954, apresentou o projeto de Lei nº 21/54, que instituiu o Sistema Federal de Bancos. Na data de 19 de maio de 1954, foi lançada por aclamação a sua segunda candidatura ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, decorrente de proposição de Leonel Brizola, durante a primeira sessão plenária da Convenção Estadual do PTB. No dia 15 de julho quase renunciou à candidatura por motivo de

saúde.⁴ Em 24 de agosto, posteriormente ao suicídio do Presidente Vargas, que comoveu o país, Pasqualini proferiu discurso em São Luiz Gonzaga. Durante o mês de agosto participou de diversos comícios, entre os quais, se destacaram, os realizados em Caxias do Sul e Cachoeira do Sul. Na data de 18 de setembro Pasqualini realizou comício em Santana do Livramento encerrando a sua campanha em Porto Alegre com comício que reuniu milhares de pessoas. No dia 27 de outubro, Pasqualini novamente é derrotado nas eleições para o governo do Estado do Rio Grande do Sul pela escassa margem de 30.000 votos. Ildo Meneghetti, conhecido por jamais ter perdido uma eleição, obteve 386.821 votos e, Alberto Pasqualini obteve 356.183 votos.

Retornou ao Senado para reassumir o seu mandato e, em 29 de março de 1955, discursou sobre a defesa do monopólio estatal do petróleo e apresentou parecer contrário ao projeto dos Senadores Plínio Pompeu, Othon Mader e Apolônio Sales, que objetivava modificar o sistema de exploração de petróleo instituído pela Lei nº 2.004/53. Em nota publicada na revista “O Cruzeiro”, foi informada a sugestão de Etelvino Lima à candidatura de Alberto Pasqualini à Vice-Presidência da República⁵. Na data de 22 de setembro proferiu o seu último discurso parlamentar. O tema foi a crítica ao processo de desenvolvimento econômico do país que, no seu entender, era feito através de métodos inflacionários, portanto, à custa dos salários e proventos da classe operária. Em dezembro de 1955 foi vítima de um derrame que o manteve preso ao leito e o afastou da vida pública.

⁴ Pasqualini, desde jovem, sofria de sério problema de hipertensão arterial que o prejudicou na sua atividade política, em especial, em suas campanhas eleitorais.

⁵ Em artigo publicado no Cojornal, em maio de 1979, sob o título “Pasqualini - em busca de um trabalhismo à brasileira”, Hélio Gama referiu-se em detalhes ao convite de Juscelino Kubitschek a Pasqualini: “Quando eu entreguei o telegrama” recordou Brusa Neto, “no apartamento que ele ocupava no Grande Hotel, ele apanhou uma folha de papel, escreveu umas poucas palavras e me entregou, pedindo para enviar a resposta”. Brusa, espantado, leu rapidamente a recusa e perguntou a razão. “Tu achas que eu aceitaria um convite do Adhemar de Barros para ser seu companheiro de chapa? perguntou Pasqualini. Brusa Neto respondeu convicto: “É claro que não”. “Pois é”, comentou então Pasqualini, “o Juscelino é o Adhemar de colarinho e punhos engomados”.

Morreu em 3 de junho de 1960, no Rio de Janeiro, deixando, além da obra publicada “Bases e Sugestões para uma Política Social”, inúmeros textos em jornais, conferências, entrevistas, pareceres, projetos de lei, além de alguns trabalhos inéditos.⁶

2 O PENSAMENTO DE ALBERTO PASQUALINI ACERCA DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL DO MUNDO

Para Alberto Pasqualini, só poderia haver mérito, só poderia haver nobreza nas ações, quando essas tivessem um sentido humano e derivassem daquela parte do ser onde os sentimentos sociais se sobrepusessem aos instintos egoístas que seriam a origem de todos os males e dos sofrimentos da humanidade. Consequentemente, o capitalismo, na sua forma individualista, seria a origem e a causa de todos os males que atormentavam o mundo. Referiu, em sua obra, que se era uma utopia erradicar a causa do mal, não seria sensato e nem conveniente, naquela fase da evolução humana, eliminar o capitalismo como propriedade privada dos meios de produção e como instrumento de lucro. Todavia, ao menos seria necessário cortar-lhe os excessos e impedir-se a exploração do homem pelo homem, que conduziria a uma nova forma de escravidão.

O homem seria um sistema de necessidades e toda a atividade humana se desenvolveria no sentido da produção de bens e serviços para a satisfação dessas necessidades. As descobertas da ciência, o aperfeiçoamento da técnica e os equipamentos mecânicos criaram para o homem condições nunca imaginadas de segurança, de comodidade e de conforto, mas determinaram, por outro lado, a concentração industrial e capitalista. A consequência disso teria sido a formação do proletariado moderno. A produção de utilidades assim teria se convertido em uma fonte ilimitada de lucros para os que dispusessem dos meios de produção e de

⁶ As referências deste capítulo foram retiradas da obra organizada pelo Senador Pedro Simon “Obra social e política [fls. 83-89]. Vol. I. Brasília: Senado Federal. Centro Gráfico, 1994” e de inúmeras conversas informais do autor deste artigo com o advogado, escritor e professor, Alexandre Pasqualini, sobrinho-neto de Alberto Pasqualini, e um dos maiores conhecedores da vida e obra do mesmo.

troca. Estas mesmas utilidades seriam, assim, inacessíveis para os que contribuíssem com o seu trabalho para produzi-las.

Dessa forma, se era um pressuposto da produção, de um lado as necessidades humanas e, de outro lado, o trabalho humano, não atenderia a uma finalidade de equidade o fato de que apenas os poucos favorecidos pela sorte acumulassem os proventos ilimitados à custa desse trabalho e dessas necessidades. Alberto Pasqualini, por vezes, deixava transparecer a sua formação de seminarista. Afirmava, por exemplo, “que existiam os que se subtraíam à lei divina, a defraudavam e a iludiam, conseguindo não o pão cotidiano, mas todas as comodidades da vida, com o suor de rostos alheios”⁷. Chegou a dizer que, *verbis*:

...não ousaria afirmar, como São João Crisóstomo, que ninguém poderia enriquecer honestamente, pois certamente o referido Santo Padre apoiava-se na palavra de Jesus, segundo a qual seria mais fácil passar um camelo no buraco de uma agulha do que entrar um rico no reino dos céus. Isto porque no pensamento de Jesus a riqueza trazia consigo o estigma da injustiça...⁸

Disse, com notório acerto, que “Cristo foi crucificado por pregar a doutrina de justiça social” e que, se “ele voltasse hoje ao mundo, muitos dos que se diziam seus discípulos, o negariam antes que o galo cantasse a primeira vez”. Citando Leão XIII, na sua famosa encíclica, referiu que, *verbis*:

...subtrair os trabalhadores do egoísmo desumano dos especuladores que, na sua avidez ilimitada de lucros, deles abusam como se fosse coisas: *personis prorebus ad questum abutentes*. Esse é unicamente o trabalho, como ainda observava o grande pontífice, que gera a riqueza das nações, manda então a justiça que se atribua aos trabalhadores aquela parte dos benefícios a que eles têm o direito.⁹

⁷ Os trechos citados foram extraídos de “Pasqualini, Alberto. A organização social do mundo [Discurso pronunciado como paraninfo dos bacharéis de economia e finanças]. Correio do Povo, Porto Alegre, 29, dez. 1944, p.4”.

⁸ Idem. Ibidem.

⁹ Idem, ibidem.

Ditas por outro, essas frases que foram pinçadas de sua obra, em crítica que pode ser feita, soariam piegas e demagógicas, mas proferida pela boca de Alberto Pasqualini, deixavam transparecer a pureza do ex-seminarista, do filho de imigrantes italianos, do homem que não aceitou o cargo de Presidente de Honra do PTB, que recusou uma nomeação para o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal e que rejeitou uma eleição certa para ser o Vice-Presidente da República ao lado de Juscelino Kubitschek. Também, a citação de metáforas e passagens bíblicas em sua obra, não se tratava de uma confusão entre o Poder do Estado e o Poder Divino, Alberto Pasqualini era por demais grande para cometer este equívoco. Estas citações, se frisa novamente, eram consequência de sua formação cultural, fortemente influenciada pela doutrina social da Igreja e pelas encíclicas papais.

Segundo Pasqualini, havia um erro fundamental na organização social e econômica do mundo, erro que colocava num dos extremos os que trabalham e no outro, os que se apropriavam dos benefícios do trabalho alheio. A crítica ao egoísmo foi sempre bem articulada pelo mesmo, pois em decorrência deste, e na sua avidez ilimitada de lucros, é que se formavam os monopólios, se dava a exploração do homem pelo homem, aconteciam as guerras, eclodia a miséria e a opressão dos povos. O egoísmo seria o símbolo da negação da solidariedade humana e do repúdio às leis divinas.

A idéia de luta, também era combatida pelo pensador, pois as relações entre os indivíduos e as relações entre os povos estariam envenenadas e “animalizadas” pela idéia de luta, luta pela dominação, luta pelo ganho, luta pelo espaço, luta pelos mercados, luta pelas matérias-primas. Segundo ele, lutavam os indivíduos, lutavam as classes, lutavam os povos e lutavam os continentes. Referia que já na educação da criança, se procurava, por várias formas, desenvolver esse instinto animal de luta, incutindo-lhe a idéia de que é necessário “vencer” na vida e, nessa luta, não haveria contemplações e nem piedade. Assim o homem via no seu próximo um adversário virtual e cada povo enxergava nos demais povos inimigos potenciais. Pasqualini dizia que as guerras eram romanceadas e os feitos bélicos exaltados quanto mais ferozes e mais sangrentos os embates e maior o número de vítimas que se contavam nos campos de

batalha. As guerras, em crítica que impressiona pela sua atualidade, seriam industrializadas e estavam convertidas em um negócio lucrativo e numa profissão.

Hoje, sessenta anos depois, se Alberto fizesse esse discurso de crítica às guerras, cairia o mesmo como uma carapuça nas ações militaristas do Estados Unidos da América no Oriente Médio, na guerra pelo petróleo, nos faturamentos milionários da indústria bélica norte-americana e nos milhares de vidas de inocentes que morrem sem saber o porquê todos os dias em decorrência da luta por esse “ouro negro”. O que diria Alberto Pasqualini desses nossos dias? Provavelmente repetisse o que disse há décadas...

A luta pela dominação do homem pelo homem e das riquezas é antiga, vem de antes de Cristo, todavia, sem dúvida alguma, Alberto Pasqualini ficou chocado com as atrocidades da Primeira e Segunda Grandes Guerras Mundiais como demonstra o seu pensamento de repúdio à beligerância e à ganância do homem. Daí o seu pensamento humanista, contra a violência e as atrocidades.

O individualismo, na ordem social, corresponderia à predominância das relações egoístas na esfera psicológica e, portanto, a uma diminuição ou obscurecimento dos sentimentos de simpatia e de solidariedade. Esse individualismo, embasado em processos de luta, consistiria na desconsideração do semelhante. Dizia ele que a mais primária manifestação de individualismo na espécie humana foi à antropofagia, seguida da escravidão e da servidão. Do direito de se devorar o vencido, passou-se ao de dispor dele como coisa, como propriedade. O pensamento de Aristóteles, muitas vezes era invocado por Pasqualini, e aquela concepção de que um escravo é uma máquina animada e de que uma máquina é um escravo sem alma, foi por ele várias vezes utilizada.

A máxima romana de que os escravos eram o produto da luta, da guerra e da conquista, e o direito do vencedor sobre a vida e morte do vencido, era constantemente mencionada por Pasqualini como uma metáfora à situação de desigualdade social nos povos pobres e na injusta distribuição de renda e de riquezas. Assim, a escravidão e a servidão subsistiriam sob outras formas enquanto o individualismo, nas suas manifestações exclusivistas e agressivas, e na sua sede de dominação e de

lucros, continuaria a cavar desigualdades e a produzir desequilíbrios sociais.

O processo social se definiria por duas tendências: a individualista e a socialista, a primeira, tendo como centro os instintos egoístas e a segunda os sentimentos de simpatia e de solidariedade. As agitações na humanidade estariam no meio dessas duas tendências que estariam a buscar um ponto de equilíbrio, que seria a única forma de se pôr fim às angústias e convulsões da sociedade. Os métodos do individualismo, como já referido, seriam os de luta, luta pela dominação, pelo sujeitamento do indivíduo a outro indivíduo e da luta pelo ganho sem limites e sem considerações. Os métodos do socialismo seriam simples, ou seja, poderiam ser considerados como a crescente extensão da solidariedade social e da cooperação. Nesta senda, todo o progresso moral consistiria na ampliação do círculo da solidariedade social, de modo que se estenderia além da família, do clã, da classe, do grupo, da nacionalidade, para abranger todas as criaturas humanas. Em consequência disso, a grande tragédia do mundo estaria no fato de o homem ser governado pelos instintos – e muitas vezes pelos instintos mais primários – e não pela razão e os sentimentos.

Pasqualini já falava em globalização nos anos quarenta, mas no sentido de uma cooperação dos povos e dos continentes para substituir a concepção individualista irracional e animal de luta pela vida, pela idéia moral e cristã de cooperação pela vida. Assim deveriam ser expandidos entre os povos os sentimentos de justiça e igualdade em contraposição aos sentimentos primitivos e animais, para o banimento dos males que afligiam a humanidade. O homem deveria lutar para libertar-se da miséria, do medo, do ódio, da opressão e nunca para escravizar os seus semelhantes. Aí neste ponto, Pasqualini cai em aparente contradição ao afirmar em “luta” de libertação. Todavia, essa contradição mostrou-se em sua obra, como referido, apenas aparente, pois o mesmo por certo se referia à necessidade da humanidade debelar a miséria, o medo, o ódio e a opressão.

O pensador lançava em seus discursos posições em relação ao imperialismo na ordem externa e ao capitalismo na ordem interna. Disse Alberto Pasqualini que corrigir os malefícios do capitalismo na ordem

interna e banir o imperialismo na ordem externa seriam os programas do futuro, porque o imperialismo era a forma internacional do capitalismo e o capitalismo era a forma individual do imperialismo.

O imperialismo ainda está presente nos dias atuais alimentado pela opressão do militarismo norte-americano que age como xerife da humanidade, como um novo Império Romano, tendo como sua grande arma um imenso arsenal nuclear que atemoriza as demais nações do globo. As riquezas do petróleo no Oriente Médio são tomadas dia-a-dia pelos grandes trustes e oligopólios norte-americanos que atrás de si possuem um governo de um país a lhes dar cobertura militar. A respeito do tema são elucidativas as palavras de Noam Chomsky citando David Painter, *verbis*:

As divisões dentro do governo mascaram um acordo total de que alguma forma de controle norte-americano sobre as reservas mundiais de petróleo era necessária.[...] a idéia de que os Estados Unidos tinham um direito de preempção sobre os recursos mundiais de petróleo [tendo sido] bem fortalecida pela Segunda Guerra Mundial. [...] Dessa forma, para manter um ambiente internacional em que as companhias privadas pudessem operar com segurança e lucro, o governo dos Estados Unidos se envolveu ativamente na manutenção da estabilidade do Oriente Médio, ao conter o nacionalismo econômico, e ao sancionar e apoiar os acordos privados para o controle do petróleo mundial. [...] A política externa sobre o petróleo foi moldada não somente pela estrutura da indústria petrolífera, mas também pela “posição privilegiada do negócio” nos Estados Unidos. O poder corporativo influenciou o resultado de decisões específicas, e, mais importante, moldou de modo significativo à definição dos objetivos políticos [...]; as políticas alternativas para a produção e consumo de petróleo colidiram com interesses econômicos e políticos bem organizados, crenças ideológicas profundamente arraigadas, e com o “peso estrutural de um sistema econômico em que a maior parte das decisões está em mãos privadas”.¹⁰

¹⁰ CHOMSKY, Noam. Novas e velhas ordens mundiais. p. 277; tradução: Paulo Roberto Coutinho. São Paulo: Scritta, 1996.

Esta situação é preocupante, pois se ao tempo de Alberto Pasqualini o objeto de dominação do imperialismo eram territórios e povos, e hoje é o petróleo, o que diremos de amanhã? E daqui a cinquenta anos? Serão as riquezas naturais o objeto da cobiça imperialista? Será que a floresta amazônica brasileira e suas infindáveis riquezas naturais estão a salvo do imperialismo e da dominação? Será que o Estado brasileiro será capaz de garantir a soberania de nosso território, de nossas florestas e de nossas riquezas? Seremos também considerados uma ameaça ao bem estar do mundo por termos em nosso território infindáveis recursos naturais? Apenas o futuro poderá dizer...

Dizia Pasqualini, em relação às desigualdades sociais, que ele não podia crer que, *verbis*:

...mesmo aqueles que bafejados pela sorte, que conseguiram acumular riquezas, possam se julgar felizes e tranqüilos, tendo diante dos olhos o espetáculo quotidiano de miséria e da necessidade. Talvez se sentissem mais em paz com a própria consciência se, possuindo menos, pudessem enxergar um pouco mais de afeto e um pouco menos de rancor nos rostos dos seus irmãos, abatidos pelo trabalho e torturados pelo sofrimento. Porque como adverte a Escritura é melhor ter pouco com justiça do muito iniquamente.¹¹

Em relação da igualdade como condição basilar da paz social ele advertia que, *verbis*:

...Todos hoje compreendem e admitem que não pode haver paz, que não pode subsistir uma organização econômica e social em que uns possuam em excesso e outros não tenham como satisfazer as necessidades mais elementares da vida.¹²

Hoje está comprovado que a desigualdade social em que poucos têm muito e muitos não têm o suficiente para sobreviver é a causa principal da violência, do tráfico de drogas, dos assaltos à mão armada e do nascimento desta máfia chamada PCC em nosso país. Tudo isto foi pre-

¹¹ Idem. Ibidem.

¹² Idem. Ibidem.

visto por Pasqualini àquela época. A desigualdade social que nos assola há longo período acabou por culminar em uma violência sem precedentes como pode ser observada nos dias de hoje. Vivemos em uma autêntica guerra civil em nosso país. Pessoas inocentes são mortas em assaltos aos seus automóveis nas esquinas das metrópoles todos os dias pelos chamados marginais que nada mais são do que criações de um sistema iníquo, perverso e desigual.

Pasqualini, embora acusado de comunista por seus opositores, jamais se perfilou ao lado deste sistema, pelo contrário, foi sempre a favor das liberdades de expressão e de pensamento. Foi um democrata. Ao discorrer sobre a liberdade no ato de educar deixou bem claro o seu pensamento. Dizia ele, *verbis*:

Não haverá transformações sociais estáveis e duradouras se não se reformar, ao mesmo tempo, o caráter do homem. O que é necessário, por isso, é educá-lo, cultivar-lhe o lado bom e nobre da personalidade, desenvolver-lhe os sentimentos de simpatia e de solidariedade, ensinar-lhe a amar os seus semelhantes e a reprimir os instintos egoístas. Não creio, porém, que essa educação do homem se possa realizar sem liberdade. Nossos sentimentos estão em relação com as nossas idéias e concepções. Para sentir, é preciso compreender. Mas, para compreender, é necessário que exista a possibilidade da transmissão e do debate de idéias, pois é por essa forma que se amplificam os horizontes do pensamento e se retificam os seus erros. Educar consiste precisamente em inculcar representações mentais capazes de provocar determinados sentimentos, atos e atitudes. Educar é ensinar a compreender, a sentir e a reagir. Educar é formar convicções. Para que possa haver educação é necessário, pois, antes de tudo, que haja liberdade de pensamento e de sua expressão. Onde essa liberdade não existe, jamais poderá haver consciências; haverá, sim, almas deformadas como as plantas que rastejam esmagadas sob o peso dos rochedos.¹³

Com efeito, o sistema educacional direcionado politicamente, sem liberdade, implantado pelos regimes comunistas, demonstrou ser inefi-

¹³ Idem. Ibidem.

caz, pois jamais admitiu a liberdade de pensamento, a liberdade de opinião, essenciais para o nascimento de novas idéias e para a própria evolução do pensamento humano. Para a educação ser eficaz, sem dúvida alguma, deve haver a possibilidade da apreciação do maior número de ideias, pensamentos e ideologias possíveis, a vedação de um certo tipo de pensar, trata-se de uma artificialidade que inibe o livre aprendizado e o engrandecimento da alma humana.

Com efeito, jamais Pasqualini poderia ter sido chamado de comunista. Nunca aceitou como justa a opressão do povo soviético pelo seu governo, e jamais concordou como os milhares de mortos pelo regime stalinista por crimes de mera opinião. Hoje, por certo, Pasqualini não concordaria com a restrição à liberdade de imprensa, de opinião e de reunião imposta pelo regime de Cuba. Por essas razões se pode constatar que Pasqualini não poderia ser definido como um comunista, como também não, pelo que já foi dito, como um capitalista-liberal.

O sentido de socialismo pregado por Pasqualini, não era o socialismo que previa a abolição da propriedade privada e a total apropriação pública dos meios de produção. Mas um socialismo que expandisse o solidarismo, a repartição de renda, a democratização de acesso à propriedade privada, as garantias do trabalho para o setor público e privado, o acesso a um crédito justo para o consumidor, empresário e para o produtor rural pequeno e grande. A abolição da propriedade privada jamais foi pregada por Pasqualini, que entendia este propósito como contra a cultura do povo brasileiro.

Como afirmado já há alguns anos por John Keneth Galbraith, um dos maiores críticos do neoliberalismo e dos economistas da escola de Chicago, evidentemente, muitos anos após a morte de Pasqualini, *verbis*:

...a experiência das nações que adotaram a propriedade pública como política nos últimos oitenta anos - a ex-União Soviética, os países do leste europeu, a China - sugere que ela amplie as liberdades do cidadão. Pelo contrário. Desse modo, a principal justificativa se dissolveu. Isso é reconhecido. Os partidos socialistas ainda existem, mas nenhum deles supostamente defende a propriedade pública em seu sentido tradicional e abrangente. A Cláusula 4

do Partido Trabalhista Britânico, que afirmava o apoio a tal política e, desde muito tempo, era vista como um elo romântico como o passado, foi agora formalmente eliminada do programa do partido.¹⁴

Mas, o referido e emérito professor de economia na cadeira Paul M. Warburg, na Universidade de Harvard, conclui em sequência “...Se o socialismo não pode mais ser considerado o arcabouço dominante da sociedade justa ou mesmo plausível, o capitalismo em sua forma clássica, também não”.¹⁵

O professor de Harvard, em obra publicada, demonstra que o pensamento de Pasqualini ainda hoje é válido em relação à ineficácia do socialismo e da forma clássica de liberalismo, que hoje, aparece remodelado pela figura do neoliberalismo privatizante.

Segundo Galbraith, *verbis*:

À medida que o socialismo abrangente tem diminuído e desaparecido como uma ideologia aceitável ou eficaz, uma doutrina oposta, embora mais limitada, tem surgido. É a privatização, o retorno generalizado das empresas e das funções públicas à operação privada e à economia de mercado. Como regra geral, a privatização concorre com o socialismo abrangente em irrelevância. Existe uma ampla área da atividade econômica em que o mercado é – e deve permanecer – incontestado; igualmente, existe uma ampla gama de atividades que crescem com o maior bem-estar econômico onde os serviços e as funções do Estado são necessários ou socialmente superiores. A privatização, portanto, não é melhor, como uma guia dominante da ação pública, do que o socialismo. Em ambos os casos, o serviço básico da doutrina é propiciar uma fuga do pensamento. Na sociedade justa, uma regra domina essas questões: as decisões devem ser tomadas com base nos méritos sociais e econômicos do caso específico. Esta não é a era da doutrina; é a era do julgamento prático.¹⁶

¹⁴ GALBRAITH, John Kenneth. A sociedade justa: uma perspectiva humana, p.; tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

¹⁵ *Op. cit.*, p. 21.

¹⁶ *Op. cit.*, p. 22.

Observa-se que a obra de Pasqualini ainda hoje é aceita como atual por economistas internacionalmente respeitados. O pensamento de Pasqualini pode ser considerado como uma linha intermediária entre o capitalismo e o socialismo com uma marca flagrante de justiça distributiva e de fé cristã.

O individualismo, o utilitarismo, a ganância, a avidez pelo lucro como causadores da miséria humana e a necessidade de proteção ao trabalho, no setor público e privado, sempre foram uma preocupação de Alberto Pasqualini. Pasqualini se vivo estivesse por certo concordaria com as palavras da romancista francesa, Viviane Forrester, em seu célebre “O horror econômico” sobre o descaso da economia do mercado em relação ao trabalho e ao ser humano, *verbis*:

Se a ferocidade social sempre existiu, ela tinha limites imperiosos, porque o trabalho oriundo das vidas humanas era indispensável para aqueles que detinham o poder. Ele não o é mais; pelo contrário, tornou-se incômodo. E aqueles limites esboroam-se. Será que se entende o que isso significa? Jamais o conjunto dos seres humanos foi tão ameaçado na sua sobrevivência.

Qualquer que tenha sido a história da barbárie ao longo dos séculos, até agora o conjunto dos seres humanos sempre se beneficiou de uma garantia: ele era tão essencial ao funcionamento do planeta como à produção, à exploração dos instrumentos do lucro, do qual representavam uma parcela. Elementos que o preservavam.

Pela primeira vez, a massa humana não é mais necessária materialmente, e menos ainda economicamente, para o pequeno número que detém os poderes e para o qual as vidas humanas evoluem fora de seu círculo íntimo só tem interesse, ou mesmo existência – isso se percebe no dia-a-dia-, de um ponto de vista utilitário.

A relação de forças, até aqui sempre latente, se anula por completo. Desaparecem as barreiras de proteção. As vidas não são mais de utilidade pública. Ora, é precisamente em razão de sua utilidade em relação a uma economia agora autônoma que elas são avaliadas. Vê-se bem onde reside o perigo, ainda virtual mas absoluto.

Ao longo da história, a condição humana foi muitas vezes mais maltratada que nos dias de hoje, mas o era por sociedades que, para subsistir, precisavam dos vivos. E de vivos subalternos em grande número.

Já não é o caso. É por isso que hoje é grave- em plena democracia, numa época em que se tem a experiência do horror e, como nunca, os meios de ser socialmente lúcido-; sim, é tão grave observar a rejeição inexorável daqueles que não são mais necessários, não aos outros homens, mas a uma economia de mercado para a qual não são mais uma fonte potencial de lucro. E sabemos que não voltarão a sê-lo.

A crítica ao capitalismo neoliberal e excludente foi posta de forma excelente por Darcy Ribeiro que, ao invés do Estado mínimo defendido pelos neoliberais, propôs o “Estado Necessário” para o Brasil, *verbis*:

Acusam o Estado Brasileiro de um crescimento abusivo que precisaria ser podado para não asfixiar o empresariado. Querem o Estado mínimo dos neoliberais, socialmente irresponsável e servilmente confiante nas funções do mercado aberto como promotor do progresso. Um Estado imune ao clamor popular por emprego, casa e comida. Um Estado incapaz de intervenção na economia que não seja para beneficiar os ricos. Tudo isso fundamentado na ideologia do antagonismo essencial entre o Estado e a Sociedade Civil entendida esta como o corpo de interesses das classes dominantes.

Nossa visão é diferente. O Estado brasileiro levado à falência pela ditadura militar, precisa é ser recuperado, fortalecido reinstrumentado para voltar a cumprir melhor, suas múltiplas funções absolutamente indispensáveis. As assistenciais e as educativas, levadas à degradação e ao abandono pela incúria governamental. As de manutenção da ordem e da lei, para dar segurança ao povo diante das ondas de violência desenfreada.

Os defensores do Estado mínimo ignoram o sentimento de soberania nacional. Não crêem e não querem um Brasil autônomo, integrado às demais nações do mundo com identidade própria e de cabeça erguida. O patriotismo os horroriza. Para eles, um Brasil grande é tão-só uma feitoria servil do mercado mundial... O desafio maior que enfrentamos é o de reestruturar e aperfeiçoar o Estado para a condução da economia, revertendo seus pendores privatistas e elitistas, para fazê-lo olhar, antes de tudo, para o povo e suas carências.

A reforma de que necessitamos imperativamente é a que recrie e fortaleça um Estado moderno, meritocrático, desburocratizado, social e nacionalmente responsável, ético, íntegro e eficaz. Aquele

Estado-Nação capacitado a cumprir as tarefas supremas de promotor do desenvolvimento nacional autônomo e sustentado, de gerador de uma economia de prosperidade generalizada, de garantidor do pleno emprego e de provedor das necessidades de nutrimento, de educação, de abrigo e de assistência ao povo brasileiro. Um Estado inteligente, dinâmico, enxuto e operado por um serviço público civil de funcionários insubornáveis, competentes, orgulhosos de seu ofício, bem remunerados e atenciosos para com o público. Em lugar do Estado mínimo que receitam, proponho o Estado necessário.¹⁷

O próprio trabalhismo inglês capitaneado por Tony Blair no plano político, o chamado *New Labour*, defensor do retórico discurso da “Terceira Via”, implementado pelos economistas Anthony Giddens e David Milband, acabou sendo tragado pela onda neoliberal e apenas deu continuidade ao monetarismo econômico de Margareth Thatcher. Neste sentido, Mészáros, *verbis*:

O traço de descontinuidade do NL em relação ao thatcherismo aflora ao tomar ele algumas decisões políticas – em verdade politicistas-, como o reconhecimento do Parlamento da Escócia, mas não se constituem num entrave para a continuidade do projeto do capital britânico, reorganizado durante a fase neoliberal. O NL que emergiu vitorioso no processo eleitoral de 1997, despojado de vínculos com o seu passado reformista-trabalhista, converteu-se no New Labour pós-Thatcher, “moderno”, defensor vigoroso da “economia de mercado”, da flexibilização do trabalho, das desregulamentações, da “economia globalizada moderna”, enfim, de tudo o que foi fundamentalmente estruturado durante a fase clássica do neoliberalismo. Sua defesa do Welfare State, por exemplo, é completamente diferente da social-democracia clássica. Tony Blair quer “modernizar” o Welfare State. Porém, “modernizá-lo” significa a destruição dos direitos do trabalho, que são definidos por ele como “herança arcaica”.¹⁸

¹⁷ RIBEIRO, Darcy. O Brasil como problema. págs. 255-258. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

¹⁸ MÉSZÁROS, István. Beyond Capital [Towards a Theory of Transition]. p. 87. Merlin Press, Londres.

O capitalismo imperialista da época de Pasqualini semeou, por certo, o capitalismo globalizado atual caracterizado pela volatilização de capitais e quebra de fronteiras e de soberanias. O chamado neoliberalismo tem como consequência nefasta principal o desemprego, que foi sempre uma preocupação constante no pensamento e obra de Pasqualini.

Retornando ao campo da liberdade do pensamento e do expressar das idéias, pode ser relembrado o momento em que Pasqualini demonstrou coragem ao criticar o Tribunal de Segurança Nacional no primeiro governo Vargas. Para criticar o Tribunal de Segurança Nacional, que julgava crimes de opinião, utilizou-se da célebre e curiosa relação de César e Catulo em Roma. Catulo, o poeta, atacava duramente a César que, em resposta, poderia ter feito tudo, até matá-lo, mas assim não procedeu. Em trecho de seu brilhante artigo publicado no Correio do Povo, Pasqualini disse, *verbis*:

...E o que fez César? Perdeu a paciência? Mandou a ordem política e social encanar o apaixonado de Lésbia e jogá-lo ao Tibre como isca aos peixes? Não, nada disso. Convidou-o a ir à sua casa e a tomar parte de suas farrinhas. E dizem os historiadores daquela época que o poeta continuou a ser comensal de César e, possivelmente, a crivá-lo de epigramas. Tão amplas e liberais, observa um escritor dos nossos tempos, eram as vistas dos romanos em matéria de oposição... A crítica é um direito que assiste a todo o cidadão; sofrê-la, ainda quando veemente e áspera é uma contingência e um dever a que está sujeito o homem público. Porque, todo agente da autoridade é, em última análise, um mandatário do povo. Serve à coisa pública e não é dono dela. O cidadão, como parte integrante do povo, tem, pois, o direito de criticar e censurar os atos e a conduta dos seus mandatários.¹⁹

Essa passagem de Pasqualini demonstra a grandiosidade de caráter dele que, mesmo aliado do Presidente Vargas, na maior parte de sua vida pública, criticou com altivez a restrição à liberdade de expressão durante o Estado Novo.

¹⁹ PASQUALINI, Alberto. História antiga e história moderna. Correio do Povo, Porto Alegre, 21 jan. 1945, p. 4.

3 O TRABALHISMO SEGUNDO ALBERTO PASQUALINI

Os ideários do trabalhismo brasileiro, segundo Pasqualini, podem ser colhidos de dois documentos de relevante importância histórica, o “Manifesto-Programa da União Social Brasileira” e do “Discurso de Instalação da União Social Brasileira”, produzidos por ele.

O princípio elementar do trabalhismo seria o solidarismo, consistente no fato de que a posse de recursos além de certos limites impunha encargos e deveres. Para Pasqualini o povo, e principalmente, as classes trabalhadoras, esperavam algo mais do que meras generalidades abstratas e atitudes mais ou menos platônicas diante da magnitude e premência de suas necessidades. Pois somente com muitos recursos é que se poderiam dar soluções aos problemas sociais imediatos. Fora deste terreno, haveria simples retórica vazia.

Uma nova mentalidade capitalista estaria se formando no Brasil. Isto porque o capitalismo não poderia subsistir com as suas características mais tradicionais e, por isso, seria necessário ajustá-lo aos princípios da justiça social, da solidariedade humana e da fraternidade cristã. Deveria haver um reconhecimento de que uma organização social em que os bens materiais, que são os meios, se não se ajustassem ao fim, que é o homem, não poderia sobreviver. Isto porque não seria justo e razoável que uns possuíssem em excesso, enquanto outros não tivessem o indispensável para atender as necessidades mais elementares da vida.

Estaria reconhecido o princípio da propriedade privada dos meios de produção, com as limitações exigidas pelos interesses coletivos. Assim uma parcela dos lucros das empresas deveria ser socializada através de contribuições assistenciais que custeassem obras e serviços sociais. Estes benefícios assistenciais não representariam para o trabalhador uma dívida ou um favor, mas uma parcela do próprio salário percebido sob a forma de uma remuneração indireta.

Segundo o trabalhismo de Pasqualini o imenso déficit social brasileiro exigia uma programação urgente e imediata de um amplo plano assistencial. Somente assim seria possível recuperar e cobrir esse “déficit,” aumentar a ínfima produtividade do povo brasileiro, curá-lo, instruí-lo, libertá-lo da miséria, da doença e da necessidade. O trabalhismo

teria como objetivo instaurar uma verdadeira democracia, com o respeito absoluto aos direitos individuais e às liberdades públicas que encontrariam bases sólidas e seguras, materiais e espirituais. O trabalhismo jamais poderia ser utilizado para combater ou apoiar pessoas, para debater questões particularistas, para disputar postos de governo ou mandatos políticos em proveito pessoal, mas unicamente para traduzir as aspirações do povo, defender-lhe os interesses e para proporcionar aos pobres e humildes, melhores condições de vida. Tudo isso, sem privar os mais afortunados dos bens e comodidades que adquiriram com o seu trabalho honesto.

A ideologia trabalhista estaria de acordo com aqueles que, sem distinção de classe, se sentissem imbuídos de um espírito de cooperação e de solidariedade, que almejassem a justiça social e a paz e que concebessem a ação política como o meio de realizar desinteressadamente e, se necessário, com sacrifícios, esses nobres e patrióticos objetivos.²⁰ O programa da USB elaborado por Pasqualini, sem dúvida alguma, lançou as bases do trabalhismo brasileiro. O referido programa foi estabelecido nesses moldes:

I- a realização do bem-estar social deve ser o objetivo da organização política e econômica. O bem estar-social tem um sentido distributivo e significa a criação de condições que estendam ao maior número os meios de satisfazer as necessidades de ordem material e espiritual, de desenvolver a própria personalidade e permitir maior participação nos bens que representam o progresso da humanidade;

II- envolvendo a questão social uma tese sobre distribuição da riqueza, a essa questão está intimamente ligada a produção da própria riqueza. Não será possível, portanto, seja qual for o regime e a organização social, elevar o padrão de vida sem a criação de maior quantidade de bens. Torna-se, por isso, necessário:

a- promover a expansão econômica do país mediante o desenvolvimento de todas as suas energias e meios de produção, tomando-se como base, para esse fim, as recomendações constantes da Carta Econômica de Teresópolis;

²⁰ SIMON, Pedro [Organizador]. Obra social e política de Alberto Pasqualini. p. 397-399. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1994.

b- recuperar o mais rapidamente possível as populações desamparadas e integrá-las no organismo econômico da nação, facultando-lhes condições de existência digna e, possibilitando, por essa forma, a ampliação e o fortalecimento do mercado consumidor interno;

III- esse objetivo somente poderá ser alcançado mediante a cooperação harmônica entre o capital e o trabalho e a instituição de um verdadeiro regime de justiça social que permita aos trabalhadores uma crescente participação na riqueza comum. Nessas condições:

a- deverão ser-lhes assegurados, de maneira pronta e efetiva, os direitos e as garantias que lhes confere a atual legislação do trabalho e mais os que tiverem sido ou forem estabelecidos em convenções internacionais;

b- o salário fundamental deverá corresponder à natureza do trabalho e às necessidades do trabalhador, adaptando-se periodicamente ao índice do custo de vida;

c- além do salário fundamental, deverá reverter ao trabalhador uma parte dos lucros sob a forma de remuneração indireta, expressa em obras e serviços sociais;

IV- a ordem econômica fundar-se-á no princípio da liberdade e da propriedade privada dos meios de produção, com as limitações impostas pelos interesses coletivos;

V- o capital não deverá ser considerado apenas como instrumento produtor de lucro, mas, principalmente, como meio de expansão econômica e bem-estar social;

VI- a posse de recursos além de certo limite impõe encargos sociais e o dever de contribuir para finalidades assistenciais. A contribuição deverá ser de tal natureza que não prejudique ou desestimele a iniciativa privada e a expansão da economia;

VII- o lucro não pode ser isolado das causas sociais que o determinam; deverá, portanto, uma parcela dos lucros, conforme se dispõe no item X, reverter em favor daqueles que contribuíram para a sua produção;

VIII- o trabalho é considerado um dever e um direito de cada um particular na vida social;

IX- a casa do trabalhador e a pequena propriedade do trabalhador rural devem estar subordinadas a dispositivos legais de proteção e abolição ou redução substancial de impostos, taxas e emolumentos a qualquer título;

X- com o objetivo de atender a necessidades sociais urgentes e imediatas, de valorizar o homem e de propiciar aos trabalhadores da cidade e do campo maior soma de bem-estar, deverá ser elaborado um amplo plano de assistência social, para o que se oferecem as seguintes condições:

1. a execução do plano será custeado com o produto de contribuições específicas, inclusive, uma contribuição sobre lucros equivalente à destinada às atuais obrigações de guerra, devendo ser arrecadada logo que cesse a subscrição destas últimas;

2. a receita das contribuições previstas, a serem instituídas pelo Poder Público, constituirá um Fundo Social que será exclusivamente aplicado em obras e serviços de assistência aos trabalhadores de todas as categorias e em assistência social em geral, sem prejuízo do que compete aos Institutos existentes, e destinando-se especialmente:

a- à construção de habitações confortáveis para trabalhadores, vilas e cidades operárias que deverão possuir escolas de instrução primária, escolas técnico-profissionais, institutos ginasiais, serviços médicos e hospitalares cooperativas de consumo, clubes, campos de desporto, casas de recreação;

b- à construção e manutenção de hospitais, sanatórios, preventórios, colônias de férias;

c- à construção e manutenção de patronatos, colégios para menores, escolas noturnas, escolas técnico-profissionais;

d- organização de serviços de assistência à infância, à velhice, proteção e amparo à maternidade, bem como o auxílio às instituições privadas que os mantenham;

e- combate à mortalidade infantil, à tuberculose e às endemias rurais;

f- organização e manutenção de serviços médicos gratuitos às populações urbanas e rurais de poucos recursos;

g- instalação de colônias agrícolas, assistência ao trabalhador rural e ao pequeno agricultor;

h- organização de institutos de crédito para os trabalhadores e pequenos produtores com o objetivo de financiar, sem juros, as respectivas cooperativas, aquisição de meios de produção e casa própria;

3. aplicação do Fundo Social será realizada, em cada Estado e no Distrito Federal, por uma instituição autônoma administrada pelos contribuintes e trabalhadores, com assistência do Estado;

4. os benefícios sociais aqui previstos deverão ser extensivos aos servidores públicos.

XI- Deverão ser reduzidas as despesas públicas improdutivas, a fim de tornar possível a concentração de maior soma de recursos em obras e serviços de assistência social;

XII- Deverão ser extintas ou transformadas as organizações públicas e reprimidas as organizações privadas que concorram para encarecer os bens essenciais.

XIII- A organização sindical deverá basear-se no princípio da liberdade, devendo ser assegurada aos sindicatos a mais ampla autonomia, quer quanto à escolha e destituição dos seus dirigentes, quer quanto à administração dos fundos sociais.

XIV- A manutenção do regime democrático e o aperfeiçoamento de suas instituições são considerados essenciais aos objetivos da felicidade social e à dignidade humana. O regime deverá, portanto assegurar:

- a- os direitos fundamentais do homem;
- b- realização dos princípios democráticos;
 - 1º - o fortalecimento e a dignificação do Poder Legislativo;
 - 2º - a autonomia municipal caracterizada, politicamente, pela eletividade dos vereadores e prefeitos;
 - 3º - o direito de voto a todos os brasileiros de ambos os sexos, maiores de 18 anos; voto secreto, representação proporcional, lei e magistratura eleitoral que assegurem a verdade do sistema representativo;

XV- O serviço oficial deverá tender à gratuidade em todos os graus; o ensino será livre, observada a orientação técnica e a fiscalização do Estado. O ensino religioso será facultativo, nos termos do art. 133 da Constituição vigente.

XVI- A União Social Brasileira bater-se-á ainda:

- a- pela educação do povo, principalmente, da juventude, nos princípios da cooperação e da solidariedade social;
- b- pela difusão da cultura, tornando-a cada vez mais acessível ao povo;
- c- pelo desenvolvimento da educação física e dos esportes;
- d- pela elevação dos debates políticos e pela observância, neste particular, de certas normas éticas fundamentais;
- e- contra o profissionalismo e o parasitismo político;
- f- contra todas as causas de corrupção social, política e administrativa;

g- contra a guerra e os interesses quer direta ou indiretamente, a possam provocar;

h- por uma política de desarmamento, de cooperação e intercâmbio com todos os povos, devendo ser estreitados cada vez mais os vínculos de solidariedade continental removidas as causas que possam gerar ambiente de desconfiança entre os povos da América;

XVII- A União Social Brasileira apoiará e prestigiará:

a- toda iniciativa, pacto ou entendimento que tenha por objetivo a realização da paz social mediante um compromisso de leal e sincera cooperação entre as classes, visando a justiça social e o engrandecimento do país;

b- todas as iniciativas públicas ou privadas que tenham por finalidade a assistência e o bem-estar social.²¹

No discurso de Pasqualini, na instalação da União Social Brasileira, pode se dizer que o trabalhismo brasileiro teve o seu nascimento.

Para Pasqualini, segundo a verdadeira função da política, nas preocupações dos homens públicos, as necessidades do povo deveriam ter sempre a primazia sobre as questões meramente políticas. Não seria através de debates de casos políticos em que muitas vezes é difícil traçar a linha divisória entre as conveniências ou sentimentos pessoais e o verdadeiro interesse público, que seria possível resolver os grandes problemas nacionais e melhorar as condições de vida do povo e libertar milhões de brasileiros da miséria e da ignorância em que vivem. A política deveria ser sempre uma espécie de pesquisa das soluções para o bem comum e não uma disputa pessoal em torno do poder. Não seriam as idéias que dividiam os homens, mas sim as paixões e os interesses. Dizia ele, com exemplar sabedoria, que os grupos que se combatem surgem sempre antes das idéias e, quando é necessário enunciar algumas nem que seja para cumprir uma formalidade legal, chegam a esta surpreendente conclusão de que há grande divergência entre os homens, mas nenhuma entre as idéias.

²¹ PASQUALINI, Alberto. Manifesto-programa da União Social Brasileira. Correio do Povo, Porto Alegre, 16 set. 1945, p. 11.

Em relação à democracia disse que, *verbis*:

...Muitos não se apercebem de que a semente democrática que agora se pretende lançar ao solo pátrio, tão mal preparado poderá trazer em si mesma os germes que a irão destruir, e que, ao invés de florescerem as liberdades, poderá rebrotar o inço dos regimes que facilmente vicejam no continente sul-americano. Se o problema não é mudar de homens, mas de regime, tenhamos, então, o cuidado e o bom senso de conduzir os acontecimentos de tal forma que, no futuro, como já se disse, os regimes inspirem os homens e os homens não destruam os regimes.²²

Segundo Pasqualini, a sociedade era um todo solidário que somente poderia se manter em um equilíbrio estável se houvesse uma adequada distribuição de forças, isto é, de riquezas. Uma eqüitativa distribuição de riqueza constituiria, portanto, a condição fundamental do equilíbrio social. Dentro da concepção de riqueza pasqualinista a riqueza estaria razoavelmente distribuída quando cada um tivesse à sua disposição um mínimo de recursos que lhe permitissem, com o seu trabalho, não apenas não morrer de fome ou de frio, mas usufruir, em certo grau, os benefícios criados pela civilização e pela cultura. A sociedade somente estaria organizada em bases justas quando estivesse ao alcance de todos não apenas um mínimo vital, mas também um mínimo de comodidade e de conforto, tal como poderiam ser proporcionados pelos progressos da civilização. Para Pasqualini a questão social era, materialmente considerada, uma condição de justa distribuição de riqueza ou do produto do trabalho comum. Assim a solução dos problemas sociais teria como pressuposto riquezas suficientes para distribuir, pois não se poderiam resolver os problemas sociais repartindo a miséria.

Pasqualini também fazia referências ao círculo vicioso de miséria que afetava o Brasil. Assim para que fosse liquidada a miséria seria necessário se produzir mais riquezas. Mas de nada adiantaria produzir mais riquezas, desenvolver a produção de bens, se o pauperismo do povo, a sua incapacidade aquisitiva, não lhe permitissem consumi-la. O que se-

²² A situação política nacional analisada através do discurso pronunciado por Alberto Pasqualini na instalação da USB. Correio do Povo, Porto Alegre, 23 set. 1945. p. 11.

ria necessário para romper com este círculo vicioso de miséria seria a criação de consumidores e um grande mercado interno. Isso somente seria possível pela recuperação das populações desamparadas, desajustadas, doentes, miseráveis, pela integração de marginais na vida econômica e pela elevação do poder aquisitivo das massas trabalhadoras.

No discurso de instalação da USB, Pasqualini ressaltou a necessidade do nascimento de uma nova mentalidade capitalista, *verbis*:

Felizmente, outra mentalidade está se formando, que é a dos capitalistas que já não consideram o capital como simples instrumento produtor de lucro e de acumulação de fortunas, mas como um conjunto de meios ao serviço da sociedade e de que têm a direção e a disponibilidade em benefício daquela. Dessa nova concepção do capital, decorre uma nova noção dos deveres e das responsabilidades do capitalista perante a coletividade. Esta não investe na propriedade privada dos meios de produção para seu exclusivo proveito, mas para que os use e aplique no desenvolvimento do processo econômico e para aumentar a soma do bem-estar social. Ora, isso somente será possível se à medida em que a riqueza é produzida tiver também uma justa distribuição...É essa a tese da União Social Brasileira, Não preconiza ela a socialização dos meios de produção, mas a criação de um capitalismo sadio onde o fim social se sobreponha ao egoísmo, ao interesse e ao proveito exclusivamente individual; de um capitalismo que compreenda o papel preponderante dos trabalhadores e que, em consequência, não lhes recuse a parte dos proventos que lhes cabe por justiça.²³

Nesse discurso ele enfatizou a socialização de uma parcela dos lucros das empresas privadas. Assim, de acordo com a concepção social do capital e dos proventos, ele propôs a socialização de uma parcela dos lucros, isto é, a reversão do mesmo aos trabalhadores e à coletividade sob a forma de benefícios de ordem geral. Ninguém deveria se alarmar com a expressão socialização de lucros, pois significava apenas a aplicação de parte correspondente dos mesmos em benefício dos trabalhadores e da coletividade em geral. A finalidade desse lucro socializado seria custear um amplo plano de assistência social.

²³ Idem. Ibidem.

Quanto à assistência social, seria necessário reunir os trabalhadores dos grandes centros em vilas ou cidades, para que fosse facilitada a construção de escolas, creches e hospitais. Nessas cidades operárias, os trabalhadores teriam a sua disposição todos os serviços sociais, como escolas de instrução de todos os graus, hospitais, maternidades, creches, clubes, cooperativas, estádios e casas de diversão. Essa obra assistencial seria construída com os recursos provenientes do imposto sobre a renda. Justificando a construção das cidades e vilas operárias, Pasqualini dizia que a vida não deveria ser apenas um fardo de deveres, de trabalhos e de sofrimentos. Não bastava o trabalhador possuir apenas alimento, casa e roupa. Seria necessário também que se lhe proporcionasse os meios de recrear o espírito, de educá-lo e de desenvolver a sua sociabilidade. Deveriam ser construídas cem mil casas para trabalhadores, em mutirão, por ano, com os recursos das contribuições sociais, assim o “déficit” habitacional do país estaria resolvido em dez anos.

Pasqualini também se referia à recuperação das populações rurais. Para ele a distribuição de terras, mediante compra ou desapropriação nos lugares convenientes, era necessária. Todavia, esta medida isolada não resolveria o problema. Seria necessário que aqueles que recebessem essas terras soubessem utilizá-las, que tivessem saúde, que adquirissem hábitos de trabalho, de economia e capacidade de auto-direção, ordinariamente ausentes no trabalhador nacional.

Entendia Pasqualini, como fundamental, a construção de colônias agrícolas para que, como nas cidades, se lhes possa dispensar toda a sorte de assistência; para que tivessem os colonos escolas, médicos, hospitais, assistência técnico-agrícola, assistência religiosa etc... A vida rural deveria tornar-se mais atraente e confortável. No entendimento dele somente uma pequena percentagem de marginais adultos poderia ser recuperada, mas os seus filhos poderiam ser criados e educados numa vida diferente da vida dos pais e transformados em cidadãos prestantes à coletividade.

Nesse sentido, a integração das massas rurais na vida econômica do país seria um problema fundamental a ser resolvido. Pois enquanto não se operasse a desmarginalização das massas, enquanto não se desse às mesmas expressão econômica, enquanto não adquirissem as mesmas capacidade de produção e de consumo, seria absolutamente inútil pensar

em expansão econômica, em desenvolvimento industrial, pela simples razão de que não poderia haver indústria nem economia desenvolvida onde não houvesse poder aquisitivo.

Pasqualini defendia o financiamento popular, sem juros, para a casa própria, que poderia ser obtido das contribuições sociais decorrentes da socialização dos lucros dos empreendimentos privados. Os institutos de crédito popular poderiam conceder empréstimos sem juros, debitando apenas uma taxa correspondente à despesa, então todo o trabalhador ou funcionário público poderia ter a sua casa própria. É bom salientar que o financiamento habitacional sem juros, ou com baixíssimos juros, foi utilizado ao longo da história norte-americana com amplo sucesso sendo um dos motivos de satisfação social daquele país. Nesse sistema, apenas é debitado para o mutuário um valor decorrente das despesas da operação de financiamento, o que torna possível a obtenção de casa própria e de moradia digna para, praticamente, toda a população norte-americana. Os bancos assim podem obter lucro nos empréstimos para as grandes empresas e nas demais operações financeiras que não tenham finalidade social. O financiamento, dentro desse prisma, do setor primário, do pequeno empresário e do consumidor em geral é realizado com juros baixíssimos ou até mesmo sem a cobrança de juros. Isso porque essas atividades são necessárias para a própria engrenagem do sistema capitalista.

No Brasil de hoje, como de ontem, os bancos auferem lucros exorbitantes em todas as operações realizadas, desde um simples depósito de um trabalhador na poupança, passando pelo financiamento de moradias e das lavouras até as grandes operações envolvendo fundos de aplicação. Não é feita qualquer distinção entre os financiamentos que têm cunho social e produtivo e as aplicações meramente especulativas ou que visam apenas o lucro.

Para o trabalhismo de Pasqualini, por outro lado, os partidos deveriam gerar em torno de ideais, movidos por ideias, e não em torno de pessoas ou líderes carismáticos e caudilhos populistas. Disse ele em seu discurso na instauração da USB, *verbis*:

Volto, entretanto, a insistir que não devemos polarizar a atenção em torno de um caso político que representa mero acidente na vida política nacional. A confusão entre nós reinante é mais a con-

seqüência de existir opinião pública organizada. Convém, por isso, que o interesse do povo seja despertado e atraído para o exame de questões mais fundamentais.

Um governo ou um governante, por melhores que sejam as suas intenções, nada poderá realizar sem o apoio de uma corrente de opinião esclarecida e homogênea, formada de homens inspirados nos mesmos princípios e nos mesmos ideais. Quando o vínculo partidário é apenas conveniência ou sentimento momentâneo, quando não há afinidade, à coesão e a política terá existência precária e será fatalmente voltada à desagregação.

Meus caros companheiros:

A grandeza dos nossos objetivos e a pureza dos nossos ideais devem exceder as limitações do tempo. Não nos ocupemos tanto com homens e casos políticos, mas nos preocupemos antes com as necessidades do povo, com a sorte dos humildes e dos pequeninos. Nosso único roteiro deve ser o nosso programa. Empreguemos nossas energias para ver executadas as soluções que propomos e para que haja em todos os lares brasileiros, por mais humildes, o pouco de felicidade a que toda criatura humana tem direito nesta vida.

Não nos esqueçamos de que uma agremiação partidária não deve ter apenas uma finalidade eleitoral e muito menos constituir-se para disputar uma eleição. Cumpre que o partido seja um instrumento de mobilização social, de difusão de idéias e de educação do povo. Não é apenas no número que deve residir a sua força, mas sobretudo, na grandeza dos seus ideais, na sinceridade e na eficiência de sua ação.²⁴

O caudilhismo, o populismo e as práticas político-eleitorais eram abominadas por Alberto Pasqualini. É bom referir que Alberto Pasqualini entendia que um partido político deveria sempre ser um órgão de educação do povo, disseminador de ideias, uma organização de condutas éticas e práticas políticas saudáveis que objetivassem sempre o bem comum e o bem estar social. A vida de Pasqualini é um exemplo de que as idéias sempre estiveram acima dos cargos e dos homens.

²⁴ Idem, *ibidem*.

CONCLUSÃO

Alberto Pasqualini foi um homem com um pensamento muito além do seu tempo. As suas noções e conceitos acerca da política, da moral, da ética, da justiça, da organização social e econômica do Brasil e do Mundo guardadas, evidentemente, certas ressalvas em razão do decurso de mais de quarenta anos de sua morte, são ainda atuais e realistas.

A sua crítica ao capitalismo e ao comunismo prevalece, e é atualíssima em nossos dias em que observamos a insuficiência de ambos os sistemas em sua forma pura para atender as exigências de uma justiça distributiva e de uma sociedade igualitária, livre e solidarista. São elucidativas as recentes e atuais palavras de Domenico de Masi no seu festejado livro, “O futuro do trabalho”, acerca da falência dos sistemas capitalista e comunista, *verbis*:

Dos dois grandes modelos que se confrontaram no século XX, o comunismo demonstrou saber distribuir a riqueza mas não saber produzi-la; o capitalismo demonstrou saber produzi-la mas não distribuí-la – nem distribuir equitativamente o trabalho, o poder e o saber.²⁵

Para Pasqualini o trabalhismo, enquanto forma de ação política, seria a via intermediária entre o capitalismo e o socialismo. O trabalhismo estaria fundado na propriedade privada dos meios de produção com a necessária e equitativa distribuição de riquezas, como fator essencial da redução e eliminação das desigualdades sociais.

A sua vida e obra também foram marcadas por sua constante preocupação com o ser humano e a prevalência do “ser” em relação ao “ter”. A dignidade, a moralidade, e a ética do homem público, como dever de conduta imperioso, também estiveram sempre presentes em seus ideários. A liberdade de expressão e de pensamento, sempre foram marcas constantes de suas ideias que apenas se projetavam dentro de uma sociedade ideal e necessariamente democrática.

A educação do povo, o acesso à cultura e o Estado Soberano e presente nos setores estratégicos da atividade econômica são marcas do

²⁵ MASI, Domenico de. O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Tradução de Yadyr A Figueiredo. p. 15. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Ed. da UnB, 1999.

pensamento de Pasqualini. A busca pela paz e o repúdio ao imperialismo econômico e militarista são constantes também em sua obra.

Todavia, talvez, o aspecto mais importante do pensamento pasqualinista tenha sido a preocupação com o trabalho e sua garantia como condição de desenvolvimento social e realização do ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Bomtempo Editorial, 1999.

CHOMSKY, Noam. *Novas e velhas ordens mundiais*; tradução: Paulo Roberto Coutinho. São Paulo: Scritta, 1996.

GALBRAITH, John Kenneth. *A sociedade justa: uma perspectiva humana*; tradução de Ivo Korytowski. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

MASI, Domenico de. *O futuro do trabalho: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial*. Tradução de Yadyr A Figueiredo. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília, DF: Ed. da UnB, 1999.

MÉSZÁROS, István. *Beyond Capital* [Towards a Theory of Transition]. Merlin Press: Londres.

PASQUALINI, Alberto. *A organização social do mundo* [Discurso pronunciado como paraninfo dos bacharéis de economia e finanças]. Correio do Povo, Porto Alegre, 29, dez. 1944. p.4].

História antiga e história moderna. Correio do Povo, Porto Alegre, 21 jan. 1945, p. 4.

Manifesto-programa da União Social Brasileira. Correio do Povo, Porto Alegre, 16 set. 1945, p. 11.

A situação política nacional analisada através do discurso pronunciado por Alberto Pasqualini na instalação da USB. Correio do Povo, Porto Alegre, 23 set. 1945. p. 11.

RIBEIRO, Darcy. *O Brasil como problema*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

SIMON, Pedro [Organizador]. *Alberto Pasqualini: Obra Social e Política*. vols I-IV. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1994.